

Órgão 03	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO (SAMAE)	
Unidade 01	DIREÇÃO GERAL	
17.122.0018.2329	DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
3.1.90.16.00.00.00.0400	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ 13.000,00
Unidade 05	DIVISÃO DE ÁGUA	
17.512.0013.2348	GERÊNCIA DE TRATAMENTO DE ÁGUA	
3.3.90.30.00.00.00.0400	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 100.000,00
3.3.90.33.00.00.00.0400	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 6.000,00

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 03	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO (SAMAE)	
Unidade 02	DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
17.122.0018.1157	AMPLIAÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	
4.4.90.51.00.00.00.0400	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 13.000,00
Unidade 05	DIVISÃO DE ÁGUA	
17.512.0013.1165	AMPLIAÇÃO DA GERÊNCIA DE TRATAMENTO DE ÁGUA	
4.4.90.51.00.00.00.0400	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 100.000,00
17.512.0013.2348	GERÊNCIA DE TRATAMENTO DE ÁGUA	
3.3.90.39.00.00.00.0400	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 6.000,00

Caxias do Sul, 26 de junho de 2020; 145º da Colonização e 130º da Emancipação Política.

Flávio Guido Cassina,
PREFEITO MUNICIPAL.

Grégora Fortuna dos Passos,
RESPONDENDO PELA SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL.

Poder Executivo

Secretaria de Governo Municipal

SÚMULA DE CONTRATOS

SMS - Contratado: Associação Cultural e Científica Virvi Ramos - Hospital Virvi Ramos

Objeto: Termo de Fomento para execução do Plano de Trabalho objeto, através do repasse de verba da Portaria GM/MS nº 1.393 e 1.448-2020, referente ao auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

Valor estimado: R\$ 1.380.763,36 (um milhão, trezentos e oitenta mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos).

Modalidade de licitação: Outros.

Processo nº 2020/18358

SMS - Contratado: Fundação Universidade de Caxias do Sul - Hospital Geral

Objeto: Termo aditivo nº 3 ao Contrato 1026/2019 para acréscimo de valor relativo à emenda parlamentar estadual, de acordo com as PRTs. SES/RS nº 281 e 341/2020.

Valor estimado: R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)

Modalidade de licitação: Inexigibilidade.

Processo nº 2019/26676.

SMS - Contratado: Pio Sodalício das Damas de Caridade de Caxias do Sul - Hospital Pompéia.

Objeto: Termo de Fomento para execução do Plano de Trabalho objeto, através do repasse de verbas das Propostas de Emendas Parlamentares nº 36000304805202000 e 36000304945202000, referentes ao incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (TETO MAC) do Fundo Municipal de Saúde.

Valor Estimado: R\$ 300.000



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

TERMO DE FOMENTO

CONTRATO N° 2020 / 484
ORIGINAL ARQUIVADO NA SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL
Caxias do Sul, 07 / 07 / 2020
Publicado no D.O.E.
Do dia 07 de julho de 2020, à página 03

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICIPIO DE CAXIAS DO
SUL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS,
MANTENEDORA DO HOSPITAL VIRVI
RAMOS, PARA A EXECUÇÃO DO PLANO
DE TRABALHO OBJETO, ATRAVÉS DO
REPASSE DE VERBAS DAS PORTARIAS
GM/MS N.º 1.393 E 1.448-2020.
INEXIGIBILIDADE N° 2020/47

Por este instrumento contratual de um lado o MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.830.609/0001-39, com sede no Centro Administrativo Municipal Vinicius Ribeiro Lisboa, sito na(o) RUA ALFREDO CHAVES 1333, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, FLAVIO GUIDO CASSINA, conforme Decreto nº 20.142, de 22/04/2019, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS, estabelecido(a) na(o) RUA ALEXANDRE FLEMING, 454, MADUREIRA, CAXIAS DO SUL, RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.665.914/0001-12 e no cadastro CNES N° 2223562, representada pela Senhora CLECIANE DONCATTO SIMSEN, inscrita no CPF sob nº 477.508.390-20, de ora em diante denominada PROPONENTE, celebram o presente Termo, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fulcro no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14 e no Decreto Municipal nº 19.817/18, e conforme processo protocolado sob nº 2020/18358.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Fomento é a execução do projeto para o custeio no pagamento de honorários de profissionais da saúde e aquisição de medicamentos, visando manter a continuidade e qualidade assistencial dos pacientes do Sistema Único de Saúde, através do repasse de verbas das Portarias GM/MS n.º 1.393 e 1.448-2020, referente ao auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19, e conforme especificações do Plano de Trabalho Anexo.

Parágrafo Único - Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.





MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do CONCEDENTE:

- a) orientar o PROPONENTE e, quando for o caso, fornecer manuais específicos de prestação de contas, conforme o Decreto Municipal nº 19.817/2018;
- b) prestar o apoio necessário e indispensável ao PROPONENTE para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- c) analisar os relatórios de execução do objeto;
- d) analisar os relatórios de execução financeira, observando as disposições, no que couber, do Manual de Instruções, constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 19.817/2018;
- e) receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento, nos termos do art. 32 do Decreto Municipal nº 19.817/2018;
- f) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, nos termos do capítulo V do Decreto Municipal nº 19.817/2018;
- g) designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes no Decreto Municipal;
- h) publicar, no Diário Oficial do Município, o extrato do Termo de Fomento;
- i) analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;
- j) aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;
- k) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- l) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – São obrigações do PROPONENTE:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento,



[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal nº 19.817/2018;

b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

d) não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

e) apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 44 Decreto Municipal nº 19.817/2018;

f) executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

g) prestar contas à Administração Pública, no encerramento da vigência do Termo de Fomento, observando o disposto, no que couber, do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VI, Decreto Municipal nº 19.817/2018;

h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

i) manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

k) comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

l) divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

m) submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;





MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

n) manter escrituração contábil regular;

o) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

p) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

q) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à inadimplência do PROPONENTE, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do Plano de Trabalho Anexo deste Termo de Fomento serão repassados pelo CONCEDENTE, em parcela única, o montante de R\$ 1.380.763,36 (um milhão, trezentos e oitenta mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme segue:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	REPASSE HOSPITAL VIRVI RAMOS -para a execução do plano de trabalho objeto, através do repasse de verba da Portaria GM/MS n.o 1.393-2020, referente ao auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.	UN	1,00	438.151,3700	438.151,37
2	REPASSE HOSPITAL VIRVI RAMOS -para a execução do plano de trabalho objeto, através do repasse de verba da Portaria GM/MS n.o 1.448-2020, referente ao auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.	UN	1,00	942.611,9900	942.611,99
Total					1.380.763,36

§ 1º - O PROPONENTE se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento, a título de contrapartida, recursos próprios na importância de R\$ 55.848,14 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos).

§ 2º - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 1.436.611,50 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e onze reais e cinquenta centavos).



Handwritten initials and marks at the bottom right of the page.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir elencadas:

2020/02.09.10.122.0001.2223.3.3.50.43.00.00.00.00.4511	1.380.763,36
--	--------------

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONCEDENTE, realizará o repasse dos recursos em favor do PROPONENTE mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

§ 1º - O PROPONENTE, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação do presente instrumento no Diário Oficial, deverá informar ao CONCEDENTE os dados bancários da conta específica, estando autorizado a escolher a instituição financeira pública de sua preferência.

§ 2º - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

§ 3º - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência da matéria, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do PROPONENTE, para:

- I – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo



A: :
↗



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Fomento vigorará por 03 (três) meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho Anexo para a consecução de seu objeto.

§ 1º - Sempre que necessário, mediante proposta do PROPONENTE, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

§ 2º - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONCEDENTE promoverá, de ofício, a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta do PROPONENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

§ 3º - Toda e qualquer prorrogação de prazo, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo.

CLÁUSULA OITAVA - DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, através das seguintes ações:

I – designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;

II – designará a comissão de monitoramento, órgão colegiado destinado a acompanhar e fiscalizar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação;

III – a comissão poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria;

IV – a comissão também examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pelo PROPONENTE, na



A:: k



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento;

V – a comissão poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, podendo delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos ainda;

VI – poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;

VII – A Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá relatório técnico que deverá conter, sem prejuízo de outros elementos:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, para o alcance do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PROPONENTE na prestação de contas;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PROPONENTE, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar e concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados do PROPONENTE e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.



A. f.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

§ 1º - O PROPONENTE prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano, podendo os prazos serem prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pelo Administrador Público.

§ 2º - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos condizentes ao objeto do plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto do plano de trabalho.

§ 3º - O CONCEDENTE considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

§ 4º - Os pareceres técnicos do Gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

§ 5º - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada



Handwritten signatures and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

de contas especial.

§ 6º - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, sendo que:

I - O prazo referido é limitado a 30 (trinta) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

II - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 7º - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

§ 8º - O transcurso do prazo definido nos termos do parágrafo anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo do PROPONENTE ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

§ 9º - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;



[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 10º - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, o PROPONENTE poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da Organização Social PROPONENTE, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

§ 11º - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, o PROPONENTE deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante celebração de termo aditivo, ou apostilamento, conforme a previsão do art. 32 do Decreto Municipal nº 19.817/2018, devendo a solicitação ser encaminhada antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, regulamentação do Decreto Municipal nº 19.817/2018, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil PROPONENTE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade, observando que:

I – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da



A.:



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

parceria.

II – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam, ainda:

I – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

II – Os bens remanescentes serão de propriedade do PROPONENTE e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

III – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

IV – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença,

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de



A.?
R



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Caxias do Sul - RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões relativas ou resultantes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

07 JUL 2020

CAXIAS DO SUL, de de 2020.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
FLAVIO GUIDO CASSINA

CLECIANE DONCATTO SIMSEN
ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome: Patricia Zapparoli Schuck
CPF: 591.578.790-87





Secretaria da Saúde/RS

CADASTRO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE E DO DIRIGENTE

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE					
01 – NOME ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS			02- EXERCÍCIO 2020		
03-C.N.P.J. 88.665.914/0001-12			04- EA 4	05- TIPO 5	
06- ENDEREÇO COMPLETO: RUA ALEXANDRE FLEMING, 454					
07 – MUNICÍPIO CAXIAS DO SUL			08- CAIXA POSTAL	09- CEP 95041-520	10- UF RS
11 – POPULAÇÃO 513.000	12- DDD] 054	13- FONE 2108-8490	14- FAX	15- HOME PAGE E E-MAIL www.virvira.com.br direcao@virvira.com.br	
16- CNAS – REGISTRO/DATA 2223562 – 17/03/2003					

II- OUTROS PARTICIPES	
Nome	C.N.P./J/C.P.F.
Endereço	C.E.P.

III – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE			
17- NOME DECIANE DONCATTO SIMSEN		18- C.P.F. 477.508.390-20	
19- CARGO OU FUNÇÃO DIRETORA	20- N.º C.I. 3019671316	21- EXPEDIÇÃO/DATA 08/02/2007	22- ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP
23- ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: RUA DUQUE DE CAXIAS, 2128 – APTO. 501			
24 – MUNICÍPIO CAXIAS DO SUL		25- CEP 95020-200	26- UF RS

IV. AUTENTICAÇÃO		
CAXIAS DO SUL LOCAL	04/06/2020 DATA	 ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL




Secretaria da Saúde/RS

PLANO DE TRABALHO

DESCRIÇÃO DO PROJETO – ANEXO I

01 – NOME ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS		02- EXERCÍCIO (Início): 2020		03- PERÍODO DE EXECUÇÃO (Término) 2020	
		04-C.N.P.J. 88.665.914/0001-12		05- UF RS	
6- CONTA CORRENTE	7- BANCO	8- AGÊNCIA	9- PRAÇA PAGAMENTO	DE 10- UF	
11- C.N.P.J. 88.665.914/0001-12					

12 – TÍTULO DO PROJETO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19.
13-DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO O presente projeto, refere-se ao auxílio financeiro emergencial do Ministério da Saúde às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19, conforme Portarias nº 1.393, de 21 de maio de 2020 e 1.448, de 29 de maio de 2020. Este valor será utilizado para pagamento de honorários médicos, técnicos de enfermagem dia e noite e enfermeiros dia e noite e para aquisição de medicamentos.
14- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO A Associação Cultural e Científica Virvi Ramos é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, mantenedora do Hospital Virvi Ramos, que cumprindo seu papel de assistência à população mais vulnerável e mantendo sempre a parceria com o Município de Caxias do Sul, é responsável pela disponibilização de novos 49 leitos em regime de Hospital de Campanha para pacientes COVID-19 e também contratualizou com o Município novos 5 (cinco) leitos de UTI –Covid, tornando-se assim referência no atendimento a pacientes infectados pela COVID no Município de Caxias do Sul. Para este projeto foram consideradas despesas com honorários médicos para atendimento na UTI e técnicos de enfermagem e enfermeiros para atendimento dos pacientes em UTI e demais setores com atendimento a pacientes Covid. Nem todos os profissionais são novas contratações pois a Instituição está remanejando internamente funcionários de setores cujo movimento foi fortemente atingido pela redução de agendas nos procedimentos eletivos, evitando assim demissões que certamente contribuiriam para aumento da crise econômica já instalada.
15 – INDICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO Pacientes do Sistema Único de Saúde da Serra Gaúcha, infectados com o Covid-19.
16 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS Garantir atendimento humanizado e tecnicamente adequado aos pacientes infectados pela COVID-19, através da contratação de mão de obra especializada e utilização de protocolos indicados pela infectologia para devolver à sociedade indivíduos saudáveis. Pagamento dos profissionais e insumos indicados no detalhamento do Projeto.

17- AUTENTICAÇÃO		
04/06/2020 DATA	CLECIANE DONCATTO SIMSEN NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL	 ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL



Secretaria da Saúde / RS
PLANO DE TRABALHO

PROPOSTA ASSISTENCIAL – Anexo II

01-NOME		02- EXERC.	
03-IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE - EAS		04-C.G.C DO EAS	
05-UF		06-ENDEREÇO:	
07-EA		08. NUM. LEITOS DO EAS	
09- Tipo		EXISTENTES	ATIVADOS
		SUS	

10 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE:					11. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPECIALISTAS		
10.1 – MUNICÍPIOS		10.2 – NUM. PESSOAS ATENDIDAS	10.3. NUM. LEITOS DO MUNICÍPIO		TIPO DE PROFISSIONAL	QUANT.	CARGA HORÁRIA
ITEM	NOME		EXISTENTES	SUS			

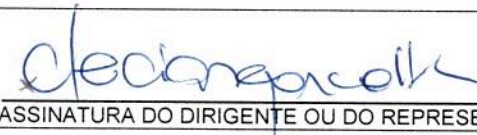
12. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

PRECÁRIA DEFICIENTE RAZOÁVEL SATISFATÓRIA

13 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL DO PROPONENTE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

14. INFORMAÇÕES PREVISTAS

15- AUTENTICAÇÃO

04/06/2020 CLECIANE DONCATTO SIMSEN 

DATA NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Secretaria da Saúde/RS
PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO – Anexo III

01 - NOME ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS		02- PROCESSO N.º		03- EXERCÍCIO 2020
		04- CNPJ 88.665.914/0001-12	05- UF RS	
		10- PREVISÃO DE EXECUÇÃO		
06-META	07-ETAPA/FASE	08-ESPECIFICAÇÃO	09-INDICADOR FÍSICO	TERMINO
01 - Atuar no controle do avanço da pandemia da Covid-19	Custeio	Pagamento de Honorários Médicos, técnicos de enfermagem dia e noite, enfermeiros dia e noite e aquisição de Medicamentos para pacientes infectados com o Covid-19, para o período estimado de 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do Termo de Fomento.	UNIDADE DE MEDIDA mês QTDE 3	2020

11- NAT. DESPESA	12. ESPECIFICAÇÃO	13. CONCEDENTE	14. PROPONENTE	15- SUBTOTAL POR NATUREZA DE GASTO (EM R\$ 1,00)
DESPESAS CORRENTES	Consultoria	0,00	0,00	0,00
	Diárias	0,00	0,00	0,00
	Material de Consumo	R\$ 602.081,86	R\$ 55.848,14	R\$ 657.930,00
	Folha de pagamento (técnicos de enfermagem e enfermeiros)	R\$ 443.881,50	0,00	R\$ 443.881,50
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	0,00
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 334.800,00	0,00	R\$ 334.800,00
	Reforma (Serviços de Terceiros Pessoa Física ou Jurídica)	0,00	0,00	0,00
	Subtotal por Categoria Econômica	R\$ 1.380.763,36	R\$ 55.848,14	R\$ 1.436.611,50
DESPESAS DE CAPITAL	Construção	0,00	0,00	0,00
	Ampliação	0,00	0,00	0,00
	Equipamento e Material Permanente	0,00	0,00	0,00
	Subtotal por Categoria Econômica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	TOTAL	R\$ 1.380.763,36	R\$ 55.848,14	R\$ 1.436.611,50



Cleciane Doncatto Simsen

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

04/06/2020
DATA

CLECIANE DONCATTTO SIMSEN
NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

17- AUTENTICAÇÃO



Secretaria da Saúde/RS
PLANO DE TRABALHO
PROPOSTA DE AQUISIÇÃO – Anexo IV
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE

01 - NOME			02- EXERCÍCIO
03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO	04. AMBIENTE	05-C. N.P.J.	06- UF

07. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL				

08. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS

9- AUTENTICAÇÃO	
04/06/2020 CLECIANE DONCATTO SIMSEN	
DATA NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Secretaria da Saúde/RS

PLANO DE TRABALHO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - ANEXO V

01 - NOME ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS – HOSPITAL VIRVI RAMOS		02- PROCESSO					
03- ANO 2020	04 - META 01	05 - (MESES) - MES. 01 R\$ 460.254,80	MÊS 02 R\$ 460.254,80	MÊS 03 R\$ 460.253,76	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)							
		MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
				06- TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)			
				R\$ 1.380.763,36			
07- ANO 2020	08- META 01	09 - (MESES) - MES 01	MÊS 02	MÊS 03 R\$ 55.848,14	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
PROPONENTE (EM R\$ 1,00)							
		MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
				10- TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO PROPONENTE (EM R\$ 1,00)			
				R\$ 55.848,14			
				11- TOTAL GERAL DOS RECURSOS			
				R\$ 1.436.611,50			

12- AUTENTICAÇÃO
 04/06/2020
 DATA

CLECIANE DONCATTO SIMSEN
 NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Cleciane Doncatto Simsen
 ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL



Secretaria da Saúde/RS
RELAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - ANEXO VI
(Medicamentos, Material médico/hospitalar e outros insumos)



01 - NOME ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS		02- EXERCÍCIO 2020
03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO HOSPITAL VIRVI RAMOS - CAXIAS DO SUL	04-C.N.P.J. 88.665.914/0001-12	05- UF RS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HONORÁRIO MÉDICOS	3	R\$ 111.600,00	R\$ 334.800,00
02	TÉCNICOS DE ENFERMAGEM - DIA E NOITE	3	R\$ 108.524,50	R\$ 325.573,50
03	ENFERMEIROS - DIA E NOITE	3	R\$ 39.436,00	R\$ 118.308,00
04	MEDICAMENTOS	3	R\$ 219.310,00	R\$ 657.930,00
TOTAL GERAL			R\$ 478.870,50	R\$ 1.436.611,50

08- AUTENTICAÇÃO

04/06/2020 CLECIANE DONCATTO SIMSEN 
 DATA NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL